



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 14

4.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 22 de março de 2019

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Ana Lopes (em substituição de Amândio José Valente e Valente, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando António Rebola, Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, António Carreiras (em substituição de Cristiana Mafalda Silveira Camejo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Joaquim Conde (em representação de Francisco José Meira Martins da Silva, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação). -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e vinte minutos. Foi verificada a existência de quórum. Sendo aquela uma Assembleia extraordinária, lembrou que não haveria período de intervenção do público. -----

ORDEM DO DIA:

1 - Contrato-Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson para 2019;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, Adelaide Teixeira, cumprimentou todos os presentes e disse que a Fundação Robinson tinha enviado o relatório de atividades, anexo ao contrato programa para dois mil e dezanove, o qual fazia parte integrante daquela proposta, relativo ao funcionamento da fundação. Referiu também que o montante a transferir era de cento e vinte mil euros, e correspondia igualmente ao montante transferido em dois mil e dezoito, encontrando-se já cabimentado. Lembrou ainda que a lei não permitia que o valor fosse superior ao de dois mil e dezoito.-----

Miguel Monteiro salientou que aquele contrato programa continuava a ser essencial para a sobrevivência da Fundação, sendo que o montante transferido pela Câmara mais não seria que o necessário para o pagamento dos salários e vencimentos daqueles que ainda trabalhavam na instituição. No entanto, tardava em ver uma mudança de filosofia e de paradigma, na gestão da fundação, que lhe permitisse não estar tão dependente do município de Portalegre, para angariar as receitas suficientes ao seu funcionamento. Perguntou à presidente da autarquia quais tinham sido as diligências que a mesma já tinha feito, para dar cumprimento ao que tinha sido deliberado na Assembleia, nomeadamente à necessária auditoria que tinha de ser feita à Fundação Robinson, para que, de uma vez por todas, se apurasse a verdadeira realidade patrimonial e financeira daquela instituição.-----

A presidente da Câmara disse concordar com a observação anterior e acrescentou que já se caminhava no sentido de arranjar uma solução para a Robinson e para a sua sustentabilidade. Relativamente à auditoria disse não ter feito qualquer tipo de diligência, porque também era “refém” do orçamento municipal. Contudo, já tinha perguntado a algumas entidades, para tentar só perceber os montantes em causa, no caso de se realizar a referida auditoria.-----

Hugo Capote perguntou se seria propositado, ou não, que ficasse apenas como orientação, como objetivos a cumprir, por parte da Fundação Robinson: “...a prossecução de ações de ordem cultural, educativa, social e da ciência. Podendo também atuar nas áreas do desporto e da filantropia.”, sem fazer menção àquela que era a razão óbvia da criação da mesma e que era a preservação do espólio arqueológico e industrial da fábrica. Portanto, gostaria de saber se era consequência, da atividade daquele conselho de administração, nomeadamente na destruição de parte do espólio, ou se seria alguma nova orientação a ter dali em diante. -----

A presidente da Câmara disse não ter sido a pessoa que elaborou aquele relatório, mas, efetivamente, tratar-se-ia de um lapso. Foi informada, recentemente, que tinha sido aprovada a candidatura que aquele conselho de administração tinha feito para requalificação das chaminés da Robinson. O projeto foi feito pelo Instituto Politécnico de Portalegre, foi candidatado e aprovado, estando em vista o concurso para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

empreitada. Presumia, pois, que por aquele histórico, teria havido um lapso, e que a preservação do património era um dos objetivos da Fundação Robinson. -----

Ricardo Romão salientou que no contrato programa, na cláusula primeira, número dois, estava expresso o seguinte: “A preservação do espólio arqueológico e industrial da Sociedade Corticeira Robinson, Bros.”. -----

Diogo Júlio gostaria de saber se não valeria a pena incluir ali que a Fundação Robinson, para além de ter de tratar daquilo que era o espólio da corticeira, ter também em atenção os outros bens que lhe eram entregues e/ou doados por outras entidades, serem também preservados.-----

Ricardo Romão disse que aquilo estava escrito no número dois, na parte que dizia: “A preservação do espólio arqueológico e industrial da Sociedade Corticeira Robinson, Bros ou qualquer outro espólio que lhe seja confiado.”-----

Fernando Rebola, relativamente à questão orçamental da Fundação, disse que tinha feito umas contas por alto e, em termos de despesas de funcionamento importava em duzentos e dezoito mil euros e estavam com uma transferência prevista, no contrato programa, de cento e vinte mil euros. Portanto, havia preocupação relativamente às contas do presente ano. Obviamente que se previa despesa, ainda no orçamento apresentado e para o qual não estava garantida, de todo, a receita, mais propriamente em termos de contrapartida e que tinham de ser asseguradas para alguns dos projetos ali previstos. Não sabiam como iria ser o ano de dois mil e dezanove para a fundação e se, quando se acabasse a verba, encerrariam a mesma, colocando um ponto final na questão.

Percebeu ali que para a auditoria financeira, administrativa e patrimonial, que ali ficou decidida, não tinham sido desencadeados os procedimentos devidos, para que a mesma fosse realizada.

Por último, relativamente ao contrato programa, apesar dos constrangimentos, disse estarem a ser pouco exigentes quanto à execução do plano de atividades. Ficou surpreso quando, no número três da cláusula quinta, verificou que os níveis de eficiência, em relação à percentagem das atividades previstas no plano de atividades, tinham uma execução muito eficiente se cumprisse sessenta e cinco por cento do plano; era eficiente sem cumprir sequer metade das atividades previstas; se a execução do plano fosse quarenta e cinco por cento nem chegava a metade das atividades e, por fim, ineficiente se não fosse executada qualquer atividade. Acrescentou que a cláusula sexta incluía cláusulas de exceção para o não cumprimento das atividades e não podiam ser imputadas à atual administração da Fundação Robinson. Portanto, do ponto de vista do município, estavam a ser pouco exigentes quanto àquilo que deveria ser o cumprimento daquele contrato programa.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote, em relação à intervenção do membro Miguel Monteiro, levantou uma questão, relacionada com o plano de atividades, pois o parecer da empresa de advogados especificava que todas as verbas transferidas da Câmara para a Fundação teriam de ser especificadas. Contudo, no programa de atividades havia vários investimentos em curso, sem que se soubesse a que plano estariam a obedecer. Perguntou, inclusive, onde estavam discriminadas as verbas daquele contrato programa. Os investimentos estavam previstos na qual rubrica. Entendia que os mesmos deveriam estar discriminados naquele contrato programa, bem como as verbas que a Câmara tinha para fazer face à comparticipação nacional, nalgumas daquelas candidaturas. -----

A presidente da Câmara, quanto ao plano, lembrou que existia a possibilidade de haver uma intervenção, depois de aprovada pelo executivo e pela Assembleia e de acordo com os novos estatutos, na qual alguns edifícios pudessem vir a ser utilizados como residência de estudantes, do IPP.

Disse também que a entidade que iria desenvolver e apresentar o projeto era a mesma que faria o investimento e, portanto, não havia um valor a colocar como contrapartida. Tratava-se de um fundo que existia em Portugal, por todo o país, o qual permitia a requalificação de alguns espaços, como por exemplo residências de estudantes.

Relativamente ao outro investimento, já aprovado, referiu que, em dois mil e quinze, tinha sido negociado com a Secretaria de Estado da Cultura e a do Turismo a contrapartida nacional para aquilo que se pretendia fazer e que eram as infraestruturas da Fundação Robinson. Recordou que Secretaria de Estado da Cultura transferiu para a Fundação uma verba e a Secretaria de Estado do Turismo acabaria por não conseguir transferir, por falta de autorização do Ministério das Finanças. O dinheiro mantinha-se na Fundação, estava de lado, para investimento, uma vez que tinha sido destinado para parte da contrapartida nacional de uma candidatura, a qual era a requalificação das chaminés e que tinha sido aceite na passada semana.

Concluiu, dizendo que o investimento nas residências não tinha vertido qualquer valor, porque era uma parceria público/pública, se a Câmara e a Assembleia assim desejassem. Inserir-se num plano que estava a ser desenvolvido e o qual será apresentado, quer à Câmara, quer à Assembleia e que teria de ser alvo de discussão, com a participação da comunidade onde se inseria. -----

2 - Desafetação de 8 parcelas de terreno, situadas na Avenida do Brasil, com as áreas de: 167,5 m²; 38,14 m²; 21,60 m²; 123,92 m²; 21,83 m²; 27,66 m²; 39,33 m² e 151,0 m².

-Deliberação da CMP de 20.02.2019-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O vereador João Cardoso disse que o loteamento da Av.^a do Brasil tinha lotes que, em parte, estavam dentro de terrenos privados e pequenos troços que sobraram estavam dentro de zonas públicas. Portanto, tinha a ver com aquela desafetação, para que o lote pudesse ficar constituído na íntegra, em termos geométricos, e depois ser vendido o troço aos proprietários.-----

O presidente da mesa sugeriu aos membros que fosse feita a discussão dos pontos três a seis em conjunto, pois eram matérias conexas.-----

3 – Acordo prévio do município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) – aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo, 4.º, do DL n.º101/2018, de 29 de novembro;

-Deliberação de 20.02.2019-

4 – Acordo prévio do município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) – aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo, 9.º, do DL n.º101/2018, de 29 de novembro;

-Deliberação de 20.02.2019-

5 - Acordo prévio do Município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 4º do DL. n.º 102/2018, de 29 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

6 - Acordo prévio do Município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 5º do DL. n.º 103/2018, de 29 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

A presidente da Câmara referiu que aquelas eram competências para a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), relativamente às quais se iriam complementar outras entidades. De facto, a CIMAA já exercia algumas delas e pretendia-se ir mais além. Obviamente que não era no intuito de se sobrepor à entidade de Turismo, mas sim ser complementar, atuando não só no território português, como também em Espanha. Tratavam-se de competências já identificadas, que no parecer geral eram pertinentes e a proposta ia no sentido de serem transferidas para a CIMAA.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote retificou ligeiramente as palavras anteriores, dizendo que aquelas não eram competências da CIMAA, eram competências dos municípios e que ali iriam decidir a sua transferência para a comunidade intermunicipal, a qual, frisou, não foi eleita pelo povo. A Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) resultou de um conjunto de presidências de Câmara e duma Assembleia Intermunicipal, que foi eleita pelas Assembleias Municipais.

Perguntou à presidente da Câmara, na questão da promoção turística, sem haver sobreposição com a Entidade Regional de Turismo, se aquilo que tinha acontecido com a agenda para dois mil e dezanove, publicada pela CIMAA, que passou a atribuir a Baja 500, na qual a Câmara tinha que contribuir com parte do orçamento para o município da Ponte de Sor, a deixava confortável. -----

Luís Carvalho subscreveu as palavras da presidente da Câmara, pois as quatro competências ali discutidas já eram desenvolvidas pela CIMAA. No fundo, o que se pretendia era legitimar a sua ação e o seu papel de coordenação.

Relativamente à área do turismo, era uma competência em que a ação estaria a ser bem realizada pela CIMAA, porque no fundo o que estava em causa era a promoção turística da região e tinha a ver com o papel de gerir os financiamentos que pudessem ser canalizados para o território. Em termos gerais, o que os preocupava era a definição daquilo que pudessem ser os eventos âncora da região e até mesmo saber a que ponto Portalegre tinha capacidade para afirmar um conjunto de iniciativas com escala e dimensão nacional, para poderem ser promovidas, não só pelo município, mas também pela CIMAA. Obviamente, que haveria repartição de custos na realização dos diversos eventos.

Quanto às outras competências, nomeadamente a questão da gestão dos projetos financiados por fundos comunitários, era também já uma ação realizada pela CIMAA, porque, no atual período de programação, era já responsabilidade da Comunidade Intermunicipal a realização da estratégia integrada de desenvolvimento territorial, definir uma estratégia em função daquilo que fossem as suas necessidades e prioridades e, posteriormente, consubstanciar um programa de ação.

O que os preocupava era saber até que ponto a CIMAA conseguiria desenvolver aquela estratégia e todos os municípios se reviam nela, bem como até que ponto seria possível que os instrumentos de financiamento, nomeadamente os comunitários, tivessem flexibilidade para se acomodarem às necessidades e especificidades do território.

Relativamente à questão das equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros, pareceu-lhe ser óbvio que o que estava ali em causa era uma maior racionalidade nos investimentos e na utilização dos dinheiros públicos. Por outro lado, permitiria ganhos de escala, pensar-se no território como um todo e, no fundo, ao assumirem um conjunto de prioridades estruturantes, teria de haver a capacidade de atenuar a desconfiança, de se sentarem os presidentes de Câmara à mesa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desenvolverem um conjunto de projetos supramunicipais, para que haja racionalidade no investimento, pra que todos pudessem ganhar.

Por último, referiu que a capacidade de liderança, afirmação e protagonismo do município de Portalegre à escala sub-regional só se conseguiria com um papel mais assertivo e afirmativo, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, de modo a reivindicar um papel preponderante para Portalegre, e que os projetos necessários para o seu desenvolvimento sejam acarinhados por todos os municípios à volta. -----

Hugo Capote perguntou ao grupo da CLIP se se sentiam confortáveis em colocar nas mãos de uma estrutura (CIMAA), que claramente defendia as suas prioridades e a sua capacidade de intervenção fora do domínio e do escrutínio das pessoas. O que se passava com a agenda da atual CIMAA para dois mil e dezanove era grave e sintomático! Era sintomático de uma prática que, simplesmente, dizia que não respeitavam qualquer tipo de liderança de Portalegre. O município até podia ter maior capacidade de intervenção e preparar os dossiês, no entanto a discussão não passava por ali e a prova era aquela agenda. Salientou que a Baja 500 tinha mais de trinta anos no concelho de Portalegre e, obviamente, que atribui-la ao concelho da ponte de Sor não era um assunto ligeiro. Se faziam aquilo em relação a uma ridícula agenda, nem imaginava o que se faziam à promoção do turismo de Portalegre.

Lembrou ali que se defendia, há mais de vinte anos, uma regionalização, e uma regionalização seria criar aquelas estruturas intermédias, do poder central, mas com legitimidade democrática. O que acontecia era que a atual CIMAA, que não passava de uma associação de municípios, já tinha estrutura, funcionários, competências e ainda iria ter mais, sem que passassem pelo escrutínio das pessoas. Pensava que ainda fosse a CCDR que definia os critérios de desenvolvimento regional. Caso contrário, então a CCDR não tinha nada a ver com os fundos comunitários, nem justificava a sua existência. Alguém votou em alguma daquelas instituições?-----

Miguel Monteiro disse que já considerava assustadoras as propostas de descentralização mas, ainda mais assustador era a ideia do membro Hugo Capote sobre a defesa de uma regionalização. Era a sua opinião pessoal.

Prezava muito a centralidade da discussão na área do turismo, mas ficava um pouco admirado com o que tinham ali mencionado, relativamente ao facto da CIMAA desempenhar um papel algo relevante na promoção turística da região e do concelho.

Referiu que só conhecia uma entidade que o fazia: a Entidade Regional de turismo. A Comunidade Intermunicipal ainda não tinha chegado àquele patamar e duvidava que alguma vez chegasse. Provavelmente, qualquer uma daquelas propostas iria cair no saco sem fundo, pois não passariam no órgão próprio.

Portanto, era importante discutir o assunto, mas que não teria consequências práticas, absolutamente nenhuma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote salientou o facto de a regionalização não ter feito mal algum aos colegas de Espanha, pelo contrário.

Outra questão era o exemplo dos Bombeiros, se transferissem para a CIMAA uma decisão sobre ampliação ou construção de novos quartéis de Bombeiros. Por lógica, um concelho tem o direito de achar que pode ter dois quartéis, em sítios diferentes, mas tal situação podia não corresponder ao interesse do distrito.

Perguntou à presidente da Câmara Municipal se se achava legitimada para decidir se Sousel tinha direito, ou não, a construir mais um quartel.-----

7 - Implementação da Estratégia de Reabilitação Urbana - ARU's de Portalegre e Alegrete - 5.º Relatório de Monitorização - Ano de 2018

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

A presidente da Câmara disse tratar-se de um relatório e podia esclarecer qualquer dúvida existente. -----

Hugo Capote disse que na página quinze do relatório iam duas situações, em concreto, na cidade e que eram dois imóveis, em que um tinha iniciado um processo de reabilitação mas que ficou a meio e situava-se na Rua Direita. Não só não foi reabilitado, como ficou ainda pior. O outro tratava-se do antigo Hotel, na Rua de Elvas, o qual estava identificado como sendo uma situação grave, do ponto de vista estrutural, podendo mesmo ocorrer uma derrocada.

Perguntou o que é que a autarquia tinha previsto para resolver aquelas situações, as quais estavam identificadas como gravosas.-----

A presidente da Câmara, em relação ao edifício da Rua de Elvas, disse que já tinha sido apresentada uma candidatura ao IFRU, a qual era uma medida do banco e divulgada e incentivada pela Câmara. Contudo, não tinha acompanhado de perto os processos em causa e iria passar a palavra ao vereador. -----

O vereador João Cardoso disse que, quanto ao antigo Hotel, já tinham reunido com os proprietários e o projeto estava pronto e tinha sido aprovado, na última reunião do executivo, uma correção material ao plano de pormenor onde se inseria o imóvel. A informação atual era de que o projeto de arquitetura iria entrar nos serviços, logo que a referida correção estivesse publicada.

Relativamente à outra situação não tinha mais informações, mas iria averiguar.-----

Marco Antunes solicitou esclarecimento sobre o compromisso da presidente da autarquia na construção de novas ARU's, nas restantes freguesias do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara informou que estava a ser feito o levantamento nas Carreiras e iriam fazer, paulatinamente, nas outras freguesias. -----

Hugo Capote questionou a presidente da Câmara sobre qual o sentimento com que ficou, passados vários anos, daqueles programas de reabilitação. No relatório, percebia-se que, apesar de haver alguns sinais positivos na reabilitação de imóveis, quer no centro histórico de Alegrete, quer em Portalegre, também se notava que o programa em causa tinha esgotado. Era importante que aquelas medidas que incentivavam a reabilitação, que minoravam e majoravam o IMI, continuassem. Perguntou se não seria melhor repensarem a estratégia, pois aquela já não avançaria mais.-----

A presidente da Câmara disse que, desde o lançamento daquelas medidas, o número de habitações reabilitadas tinha sido superior às expectativas criadas. Seria natural que viessem a diminuir. Estava de acordo que era necessário encontrar outra solução. A questão do IFRU, apesar de serem incentivos reembolsáveis, tinha trazido um novo fôlego e já estavam a aparecer alguns investimentos e algumas requalificações, tendo em conta o novo contexto, proporcionado pela banca. Estavam a estudar outras maneiras para dar mais incentivos. As pessoas também contribuíam para a requalificação do centro histórico e para o que era pretendido e que era tentar dar um ar diferente àquela zona da cidade.

Referiu que um dos incentivos também importantes além do IFRU, era o programa “2020”, o qual tinha uma componente adequada para os privados. -----

O presidente da mesa propôs que os pontos seguintes (oito e nove) fossem debatidos em conjunto, com votações separadas. -----

8 - Orçamento e Mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2019;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –

9 - Grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2019/2022;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –

A presidente da Câmara disse que o orçamento e mapa de pessoal ali apresentado não diferia muito do orçamento que tinha sido apresentado anteriormente.

Resumidamente, informou que o total da receita era de vinte milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e noventa e três, aos quais correspondia uma despesa de vinte milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e noventa e três. Os eixos estratégicos para aquele orçamento e grandes opções do plano eram oito, e passou a citar:

- Reafirmar a capitalidade de Portalegre - devolver o orgulho em ser portalegrense;
- Valorizar as crianças, os jovens e a educação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Melhorar o acesso à saúde;
- Promover o concelho e o melhor ambiente;
- Desenvolver a economia e a cooperação externa;
- Preservação do património, num contexto de sustentabilidade urbanística;
- Assegurar uma oferta cultural e desportiva de excelência;
- Promover o turismo sustentável.

Salientou que a dívida total do município, atualmente, já estava fora do excesso de endividamento, mas ainda orçava em vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e sete, setenta e nove cêntimos. No entanto, tinham de acrescentar àquele valor as dívidas dentro do perímetro do município e que eram oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco.

Acrescentou que gostariam de poder fazer muito mais, mas o caminho fazia-se caminhando. A diferença entre o orçamento apresentado anteriormente e aquele era, essencialmente, um reforço a nível das transferências, dentro do contrato programa, para as freguesias, num aumento de vinte por cento, para investimento. Houve ainda alguns reforços nas competências da Câmara Municipal.

Por fim, disse que a questão das empreitadas para pavimentações de estradas implicava valores muito elevados e, provavelmente teriam de encontrar outra solução, porque o orçamento era muito limitado. -----

João Meira disse ter ficado admirado pelo facto de na nota introdutória das grandes opções do plano a presidente da Câmara dizer o seguinte: “Este orçamento já espelha os contributos dados pelos partidos políticos, que assim o entenderam fazer.” E, pegando naquele detalhe, lembrou que o orçamento teve um aumento de um milhão e duzentos mil euros, no qual foi proposto ir buscar receita através de candidaturas a fundos comunitários, o que, para além de não ser uma receita corrente, era uma receita de capital. O que a presidente e o seu executivo sugeriu, naquela nova versão, centrava-se na construção da incubadora de empresas não tecnológicas de Portalegre e na qualificação da área de acolhimento empresarial de Portalegre.

Acrescentou que o grupo municipal do PS já tinha deixado claro as suas reivindicações e os seus anseios para uma possível aprovação daquele orçamento, lembrando à autarca que as freguesias, o associativismo e o emprego eram as prioridades a tratar. Contudo, a presidente da Câmara espelhou na nota introdutórias das grandes opções do plano, pouco emprego e, basicamente, a mesma dotação orçamental para as freguesias do concelho.

Portanto, para o PS, não estavam reunidos os requisitos, para um orçamento que cumprisse Portalegre e os portalegrenses.

Relativamente ao associativismo, disse que a presidente não só não se limitou a fazer cumprir o que eram os anseios do grupo municipal do PS, como ainda teve o atrevimento de fazer mais um corte, e cerca de vinte e oito por cento, no programa de apoio ao associativismo juvenil e de outro corte de vinte e cinco por cento no programa do associativismo desportivo. Vistas as coisas, salientou que a presidente da autarquia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não só não seguia as considerações deixadas pelo PS, como ofendeu as próprias propostas, de há cinco meses.

Mencionou ainda a parte das várias rubricas abertas com um euro, denunciando, uma vez mais, a incapacidade da Câmara para responder às necessidades das freguesias. Em suma, disse que o que tinham sido os objetivos estratégicos, clarificados pelo PS, há cinco meses, não estavam cumpridos, em nada. Chamou ainda a atenção para a questão do ensino politécnico e do centro de formação da GNR, em que aquela versão do orçamento voltava a propor um euro, para a preparação das infraestruturas para acolher o centro de formação e nem sequer mencionava a residência dos estudantes, nem da ciclovia de acesso ao Campus Politécnico, ou ainda da desafetação do edifício da Fundação Robinson, para acolher os estudantes. -----

A presidente da Câmara disse que a Avenida Francisco Fino era uma obra necessária, tinha de ser feita de fundo e tinham de encarar aquilo que era prioritário. Quanto à incubadora, que era no Largo Serpa Pinto, num edifício em ruínas, será um polo de base não tecnológica e era necessária para a cidade.

Relativamente às juntas de freguesia, admitia que o valor das transferências era pouco, mas não se tratava somente dos vinte e quatro mil euros, também já estavam em cima da mesa os trinta mil, desde o ano passado, referentes a parte do financiamento para investimento.

Salientou que se colocavam por um lado, a receita era sempre a mesma e a receita de capital, obviamente, aumentava, mas não era ilusória, era uma receita de capital bem-vinda dos fundos comunitários. Tinham de utilizar no que estava priorizado e aprovado em reunião de executivo, na altura em que foram apresentadas todas as candidaturas exequíveis. Efetivamente o valor era baixo, mas ainda tinham algum serviço de dívida.

João Meira disse que os contra sentidos da presidente da Câmara Municipal de Portalegre provavam ali o que o próprio tinha dito na intervenção anterior. Ressalvou que vinte mil euros não eram vinte por cento e, claramente, não cumpriam o mínimo necessário para as freguesias.

As candidaturas não podiam ser, por si só, as bases de um orçamento.

Perguntou à autarca se, há cinco meses, tanto a incubadora, como a Av.^a Francisco Fino não eram consideradas questões determinantes.

Perguntou, inclusive, se o mapa de pessoal, também apresentado anteriormente, previa a criação de mais cinquenta e dois postos de trabalho ou se Câmara estava em tão boa condição de, em cinco meses, a capacidade de recursos humanos se ter alterado de forma tão profunda e tivesse excluído os mesmos. -----

A presidente da Câmara lembrou que, conforme diziam as regras do POCAL, só se podia colocar receitas de capital, proveniente de candidaturas, quando as mesmas estavam homologadas. Durante aquele período, atrás referido, tinha havido homologação de candidaturas e, portanto, não lhe foi possível introduzir a receita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Há medida que as candidaturas fossem aprovadas, teriam de introduzir aquele valor simbólico (um euro) para manter a rubrica aberta. Posteriormente haveria reforço, quer do lado da receita, quer do lado da despesa.

Relativamente à GNR, evidentemente que não estava esquecida e já tinha feito chegar à Secretária de Estado a estimativa para serem feitas as infraestruturas, a cargo da Câmara e que orçavam em cerca de três milhões de euros. Teriam de encontrar solução para as infraestruturas em causa, uma vez que não havia possibilidade de candidatura, para já. Também se estava em contacto direto com a Direção Geral do Ministério da Administração interna.

Quanto às residências de estudantes, referiu que o património não era da autarquia, mas sim da Fundação, o que não permitia que fosse para o orçamento da Câmara Municipal. Lembrou que não podia estar vertido naquele orçamento uma requalificação de um espaço que, à partida, poderia ser feito por uma entidade pública/pública.

Por último, em relação aos funcionários do mapa de pessoal da Câmara, disse que já não estavam no orçamento, pois tinham sido absorvidos pela Câmara e entrado nos quadros do município.-----

João Meira disse que a presidente da Câmara tinha acabado de confessar o que se tratava de uma desilusão para todos os portalegrenses, ao referir que incluía aquelas rubricas da Av.^a Francisco Fino e da incubadora, porque as candidaturas tinham sido aprovadas. A questão que se colocava era por que razão a presidente tinha ali levado a nova versão do orçamento, se na substância não tinha alterado nada, em comparação com a anterior.

Referiu que a linha orientadora, da presidente da autarquia, mantinha-se desnorteadora e versada naqueles documentos previsionais. Era uma linha de trabalhar para a conjuntura e as questões técnicas do orçamento era uma coisa que a chateava, assim como a Assembleia Municipal se tornava incomodativa porque clarificava o que a presidente não queria que se clarificasse. -----

10 - Informação n.º4192, de 19/02/2019 para aprovação da repartição de encargos de acordo com a alínea h) do nº 1 do art.º 96.º do CCP;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –

A presidente da Câmara disse que aqueles eram encargos que atravessavam mais do que um ano e, portanto, tinham de ir sempre à Assembleia Municipal.-----

11 – Proposta de alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis a constituir fixando em 6 (seis) o número de unidades orgânicas de 2.º grau na estrutura orgânica dos Serviços Municipais do Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 11.03.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal de Portalegre, entre dois mil e dois e dois mil e seis tinha três departamentos e nove divisões: o departamento de administração geral e finanças; o departamento de urbanismo e obras municipais e o departamento de assuntos sociais, cultura, educação, desporto e turismo e tinha a divisão financeira; a divisão administrativa e recursos humanos; divisão de planeamento e estruturação urbana; a divisão de estudos e projetos; a divisão de obras municipais; divisão de educação e assuntos sociais, divisão de cultura e turismo, divisão do desporto, juventude e tempos livres; e divisão do ambiente.

Mais tarde, entre dois mil e seis e dois mil e dez, o município passou a ter três departamentos e dez divisões, ao todo. Ficou com mais uma divisão.

De dois mil e dez a dois mil e treze continuou com três departamentos e as dez divisões mas, na altura, por força de lei, houve uma restrição, porque o município de Portalegre estava com excesso de endividamento e foi obrigado a reduzir o número de unidades orgânicas, passando para um número mais pequeno de unidades, deixando de haver departamentos e as dez divisões passaram a ser quatro, sem qualquer departamento. Atualmente, a autarquia tinha a divisão de administração geral e finanças; a divisão da cultura, juventude, desporto, assuntos sociais, educação e turismo; a divisão de obras e ambiente; a divisão de obras, planeamento e gestão urbanística e uma chefia de terceiro grau, no serviço de finanças.

Acrescentou que o município de Portalegre já não estava sujeito à restrição anterior e, de facto, havia a necessidade de se alterar o número de divisões, porque, do ponto de vista de eficácia, algumas eram mais complexas e praticamente consideradas “mega divisões”. Não era fácil consensualizar a situação e, obviamente, existiam sensibilidades diferentes, mas o que ali se propunha era substituir as atuais quatro divisões em seis divisões para que a gestão, a racionalização dos meios e a eficiência aumentasse nas mesmas. -----

Miguel Monteiro perguntou à presidente da Câmara onde é que aquela proposta se refletia no orçamento. Era no mínimo curioso que se apresentasse um orçamento em que a alteração ali proposta não estava prevista, nem quantificado o impacto financeiro no município. Do ponto de vista de funcionalidade do serviço, também não estava minimamente justificada a necessidade do aumento das referidas divisões. A proposta só aparecia ali tardiamente, além do facto de a presidente ainda não ter justificado o que foi feito ao concurso para chefes de divisão, aberto há vários meses.

No seu ponto de vista, a presidente da Câmara estava a tentar apresentar alterações nas chefias de divisão quando, na realidade, o que era mais premente na autarquia era, exatamente, a base que sustentava o trabalho funcional da mesma.

Obviamente que sem ter aquele corpo de trabalho essencial, nas várias vertentes e atividades do município, não fazia nenhum sentido propor qualquer alteração no “topo da pirâmide”, como a que a presidente pretendia fazer. Seria sim uma necessidade ou urgência da Câmara Municipal de Portalegre já tivesse resolvido o seu problema maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

e que era o de ter um quadro de pessoal perfeitamente desajustado da realidade do concelho.

Perante tal facto, o grupo do PS ficava desconfiado de qual a verdadeira intenção daquela alteração ali proposta. -----

Hugo Capote disse que, quando foi eleito como vereador para a Câmara Municipal de Portalegre, tinha encontrado uma autarquia com três departamentos e nove divisões e, na altura, havia quatrocentos funcionários. Atualmente existiam menos.

A grande lacuna da Câmara municipal de Portalegre estava, evidentemente, ao nível da capacidade operacional e não ao nível da capacidade das chefias. -----

Fernando Rebola disse que a estrutura orgânica dos serviços da Câmara de Portalegre estava desajustada da realidade e evidenciava dificuldades em responder adequadamente às necessidades atuais dos munícipes e das obrigações da autarquia. Se acrescentassem à realidade atual o que viria ainda da transferência de competências para os municípios, até dois mil e vinte um, a estrutura orgânica teria de ser reestruturada. Era um processo fundamental, sem por em causa os trabalhadores na base operacional do município.

Naquele caso, parecia-lhe que o município estava bem ao propor uma alteração na estrutura organizacional para acomodar as competências, onde já tinham dificuldades para responder e as que ainda teriam de receber.-----

Diogo Júlio perguntou à presidente da Câmara como é que podiam dar resposta aos problemas de hoje, ou dos que poderiam advir, se os problemas vitais na cidade não se conseguiam sequer resolver. Como é que alguém, em plena consciência, iria votar uma reestruturação dos serviços, só pelo topo da estrutura. O que é que iria melhorar no sistema de toda a cidade e de todos os portalegrenses, o facto de se aumentarem os chefes de quatro para seis, se não forem dotados dos operacionais mais que necessários para por tudo a funcionar. Fazer um polvo com uma grande cabeça e uns braços muito finos não adiantava muito na solução do problema.

Uma vez que não estava previsto, entendia que a proposta e o desejo da autarca não podia ser seguida pelo seu grupo, nem ser aprovada por aquela Assembleia.-----

A presidente da Câmara disse que, em parte, concordava com algumas das opiniões. Atualmente, o município tinha trezentos e vinte e um funcionários. Olhando, em termos de assistentes operacionais, eram cerca de cento e sessenta. Efetivamente, havia necessidade de, pouco a pouco, aumentar aquele número.

Relativamente ao facto de se argumentar que não havia justificação para tal, entendia que a melhor justificação que se podia dar era de olhar para um chefe de divisão que tinha um número de áreas que já foram ali referidas. Tinham divisões que, outrora, já tinham sido três divisões. Portanto, era quase humanamente impossível, em termos de eficiência e de eficácia serem capazes de gerir toda a diversidade de serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que, o aumentar de duas divisões, não lhe parecia que não fosse sensato, tendo em conta as características daquele município e o volume de trabalho e o número de trabalhadores atual.-----

Miguel Monteiro disse à presidente da Câmara que desumano foi o facto de ter visto funcionários da Câmara a carregar contentores do lixo, a braços, porque os camiões estavam avariados. A presidente da autarquia tinha, de uma vez por todas, medir as palavras que utilizava. -----

12 – Acordo de Regularização de dívida – Águas de Lisboa e Vale do Tejo;

- Deliberação da CMP de 11.03.2019 –

A presidente da Câmara disse que tinha sido deliberado, há pouco tempo, na reunião de Câmara e da Assembleia, a regularização daquela dívida, em trinta e seis meses, com antecipação da dívida existente, às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Entretanto, ficou nas atas que não seria impeditivo de, mais tarde, quando saísse a nova lei, ser possível voltar a reestruturar a dívida, podendo as Águas recorrerem ao Banco Europeu de Investimento.

A lei saiu a catorze de janeiro, após se ter deliberado a reestruturação e propuseram que tal sucedesse, que a antecipação do pagamento da mesma, em trinta e seis meses, passasse a ser a dez anos. Daquele modo, permitia-lhes fazer alguns investimentos essenciais e, por outro lado, fazer face a alguns constrangimentos que a Câmara irá ter, principalmente no ano de dois mil e vinte.-----

Hugo Capote perguntou à mesa de qual proposta é que estavam a falar. Pois tinha-se apercebido, naquele mesmo dia, que tinha havido uma reunião de Câmara extraordinária, na parte da manhã que, pelos vistos, aprovou um novo plano de pagamentos, sem revogar o que estava aprovado há uma semana. Quem visse a minuta da ata daquela reunião apercebia-se que houve uma convocatória, com um único ponto, muito provavelmente foi feita em cima do acontecimento, porque o executivo nem sequer esteve todo presente. A nova proposta foi apresentada sem ser feita qualquer menção à outra anteriormente aprovada e enviada com conhecimento à Assembleia Municipal e, sobre a qual, deveriam estar a deliberar.

Parecia-lhe que estarem a discutir a proposta aprovada naquele mesmo dia, em reunião da Câmara, não seria correto, porque tinham de sujeitá-la a uma votação de ser, ou não, introduzida como sendo um novo ponto da ordem de trabalhos. -----

O presidente da mesa disse que a questão era pertinente. Na verdade, não havia lugar à introdução de um novo ponto, já que estavam em sede de reunião extraordinária da Assembleia Municipal e não havia introdução de pontos na ordem do dia, sem que os mesmos tivessem prévio agendamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, entendia existir uma nova deliberação que substituíra a deliberação ocorrida a semana passada, em reunião de Câmara e que aquela nova deliberação se inscrevia no ponto pré existente. A nova deliberação não ocorria por novo entendimento material do município, mas sim porquanto a impossibilidade contratual de estabelecer um acordo de pagamento nos precisos termos em que estava deliberado, de acordo com a deliberação tida na semana passada.

Aquela nova deliberação era somente uma confirmação da deliberação anterior, aos termos que o mecanismo exigia para a admissão do contrato de regularização de dívida. No entanto, disse não ter segurança absoluta da interpretação que estava a fazer. Obviamente que, da sua interpretação, cabia recurso para o plenário da Assembleia Municipal e que aquela mesa se sujeitaria ao que fosse observado. -----

Hugo Capote disse que se colocavam ali outras questões. Também era algum formalismo, no próprio regulamento e na própria praxis da Assembleia Municipal, que aqueles documentos tinham de ter, pelo menos, quarenta e oito horas.

Portanto, sendo quase certo que a leitura do presidente da mesa fosse válida, perguntou se o mesmo se passasse com o orçamento municipal, como iriam proceder. Evidentemente que nem todos os assuntos tinham a mesma importância, ou requeriam o mesmo nível de envolvimento que um orçamento ou umas grandes opções do plano, mas tinham de haver determinadas regras.

Concluiu, referindo que aquela relação da Assembleia com o Executivo Municipal deveria funcionar no sentido de todos melhorarem, futuramente. Aquela Assembleia tinha de dar um sinal forte ao executivo de que aquela prática não era correta, nem democrática e, acima de tudo, não respeitava os membros pois não lhes dava tempo para conhecer os documentos. -----

O presidente da mesa disse que se houvesse uma deliberação do órgão executivo, relativamente a um documento como o do orçamento, pelo facto de ser identificada uma manifesta ilegalidade nalguma das rubricas, entendia que a Assembleia podia e deveria observar e deliberar sobre o mesmo, porque a deliberação tardia e extemporânea teve como único objetivo o de corrigir uma manifesta ilegalidade. Não havia outro benefício que não o da conformação do documento à legalidade.

A questão da revogação expressa era uma questão a ser observada na deliberação, para afastar dúvidas, mas entendia que não podia haver duas deliberações sobre o mesmo objeto jurídico em vigor de simultâneo.

Em conclusão, disse que a proposta que tinha validade era a mais recente. Contudo, colocava-se outro problema porque se afastassem ali a deliberação mais recente, já que tinha sido remetida oficialmente, significaria que a que constava da ordem do dia também inexistiria, porque tinha sido revogada pela deliberação posterior.

Visto a situação era pouco comum, propôs um intervalo de cinco minutos para dialogar com os representantes dos grupos municipais ali presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Após o intervalo, o presidente da mesa disse que o ponto ficaria com a inserção da deliberação do órgão executivo, tida na reunião daquele mesmo dia. Portanto, colocou à discussão dos membros da Assembleia. -----

Miguel Monteiro disse que aquele assunto tinha uma calendarização apertada e, efetivamente, já tinham perdido a esperança que, da parte da presidente da autarquia, a questão fosse levada corretamente, até ao fim. Referiu que estavam a falar de dívidas que a Câmara Municipal de Portalegre tinha, de águas, que os portalegrenses já tinham pago há muito tempo e o que os presidentes de Câmara, dos últimos anos, tinham feito com aquele dinheiro, os portalegrenses não sabiam. Foi vergonhoso. Quanto aos investimentos, que a presidente referiu vagamente, perguntou onde estava a quantificação dos mesmos, em virtude da folga orçamental que ganharia com aquele plano.

Salientou que a presidente da Câmara estava precisamente a fazer aquilo que levou anos a queixar-se, àquela mesma casa, que era a sua horrorosa herança do passado: o desvario financeiro e o empurrar de dívida para o mais longe possível.

Havia algo ainda mais sério, do ponto de vista ético, que tudo o que tinha sido dito anteriormente e que era um mail, dirigido ao município, o qual era uma mentira e que podia, eventualmente, ter sido proferido pela presidente da Câmara a alguém ligado às águas. Aquele mail, do dia catorze de março, que considerou uma vergonha, indiciava que a presidente da autarquia não olhava a meios para atingir os seus fins, o mesmo foi dirigido pelo senhor Manuel Sardinha ao senhor Rui Manel Lourenço, e dizia o seguinte: “Caro Rui, ligou-me agora a pcm Portalegre, referindo que o ARD foi chumbado, com votos do vereador do PS e do vereador da CDU.”. O esclarecimento que o mail lhes dava era de que valia tudo e demonstrava que, uma vez mais, a presidente da Câmara Municipal tratava aquela Assembleia de forma vergonhosa.-----

Hugo Capote disse que se revia nas palavras anteriores e perguntou à presidente se continuava a rever-se na declaração de voto, emitida pela própria, após a reunião de onze de março, a qual dizia o seguinte: “Em relação ao acordo de regularização de dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, percebo a posição da oposição, não concordo com ela, mas percebo a intenção. A manutenção na antecipação do pagamento da dívida, defendida pela oposição, servia um único propósito, o de tentar estrangular, ainda mais, as receitas orçamentais da autarquia. Depois da decisão de aprovar uma taxa de devolução de IRS, que terá um impacto na redução da receita do município de Portalegre, em seiscentos mil euros, no ano dois mil e vinte, procura-se outra forma de criar constrangimentos à governação. Este tipo de politiquices servem exclusivamente para evitar que se concretize a estratégia delineada por este executivo.” -----

Raúl Cordeiro disse ter estado, naquele mesmo dia, na reunião do executivo da Câmara Municipal e que, depois de receber a informação de última hora, com o qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

foi ali confrontado, sentia-se traído na confiança que depositou nele próprio e na pessoa do vereador Artur Correia, ao assumirem uma determinada posição na reunião. Portanto, a informação contida no mail mudava completamente a interpretação feita anteriormente em reunião de Câmara. Entendia que aquele tipo de informação ou não precisariam de ter conhecimento dela, ou caso contrário, teriam necessidade de fazer da situação uma interpretação completamente diferente. Conforme disse naquele dia ao vereador João Cardoso, lembrou ali que o Partido Socialista estava disposto para viabilizar soluções que servissem os portalegrenses. Mas que não estava disponível para ser veículo de propaganda da presidente de Câmara. -----

A presidente da Câmara disse que o mail não era seu. Era uma conversa entre o presidente e um funcionário das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. De facto ligou para o presidente da ALVT, mas sim para pedir as várias simulações (10, 15, 20 e 25 anos). Na primeira reunião com a ALVT, o presidente da mesma perguntou-lhe como tinha corrido e foi quando a própria lhe comunicou que tinha sido votado contra (PS e CDU). Acreditava ter havido alguma confusão referente à votação, o assunto passou na reunião de Câmara com os votos de quatro vereadores. Os mails seguiram todos, como era sempre hábito. Evidentemente, também referiu que, provavelmente, em Assembleia, tendo os vereadores, quer do PS, quer da CDU, votado contra que poderia vir a ser chumbado.

Salientou que nem o presidente da ALVT tinha influência sobre a Câmara, nem ao contrário. Apenas foram solicitados as simulações fidedignas. Não se estava a por em causa ninguém, nem tinha nada a esconder, até porque as deliberações das reuniões de Câmara eram públicas. -----

Solicitando à mesa o uso da palavra o vereador Correia da Luz disse, em defesa da honra, que a referência feita pela presidente da Câmara Municipal de Portalegre e, alegadamente, colocada no texto entre dois administradores da empresa Águas de Vale do Tejo, da qual fazia parte, corroborava-as porque teve acesso à informação oficiosa. A questão era que considerava um atentado à honra de um membro do executivo, estar-se a referir o seu nome como tendo sido impediante de haver uma determinada decisão da Câmara, quando não o foi, por duas razões: a primeira, já ali detetada e, em segundo, porque o seu voto, sendo apenas um em sete, nunca teria a qualidade de fazer um determinado vencimento.

Salientou que aquela situação era reincidente porque já quando se tinha votado a entrada de Portalegre na criação de uma empresa para serviço municipal para abastecimento de águas, a senhora presidente da Câmara tinha dito ao senhor secretário de Estado que estava triste com ele próprio por ter votado contra, quando tal não aconteceu. Podia-se consultar a ata da reunião. Tal facto era uma intriga e considerou-o um atentado à honra de um membro de um órgão municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro disse à presidente que aquele mail foi ali parar sem querer, mas já não era de estranhar, porque a própria tinha acabado de dizer ali que falou com o administrador da empresa a comentar que o assunto iria ser chumbado. A presidente deveria pensar melhor antes de dizer determinadas coisas. A presidente da autarquia, para não justificar que não conseguia executar as necessidades dos portalegrenses, desculpava-se com a oposição, embora tivesse quatro vereadores, em sete. Em conclusão, era inadmissível o que se tinha passado e com a quantidade de imprecisões que aquela matéria tinha, não deveria ter chegado ali, à Assembleia Municipal, daquela forma. -----

Hugo Capote referiu que a presidente da Câmara tentou usar um estratagema, o qual usava muitas vezes e que era o de fugir às perguntas que lhe eram colocadas. Voltou a perguntar-lhe se a mesma se continuava a rever na declaração de voto, de dia onze de março. Perguntou-lhe, inclusive, se tinha lido, quer as declarações de voto dos vereadores da CDU, quer do PS e se não eram argumentos válidos haver um deliberação da Assembleia Municipal com um plano de pagamento aprovado para aquela dívida, já paga pelos portalegrenses, há muitos anos, mas que a própria não pagou. Terminou dizendo que quem tinha feito “politique” tinha sido a presidente, com aquela declaração e não conseguia gerir as coisas, a ponto de serem aprovadas, numa casa onde sabia que não tinha maioria. -----

Ricardo Romão lamentou que a mesa não tivesse ali posto um ponto de ordem e que se tenha recentrado a discussão daquele ponto aonde se deveria ter levado. Passaram o ponto inteiro a discutir um mail e a arranjar um caso político. -----

O presidente da mesa interrompeu o membro e disse que os pontos de ordem eram colocados pelos membros da Assembleia à mesa. A mesa não cerceava opiniões, à voz de qualquer membro da mesma. -----

Ricardo Romão lamentou que a discussão não se tivesse centrado no essencial e tinham sido feitas afirmações impróprias de serem dirimidas ali. Chamou a atenção para o facto de estarem a ser feitas acusações sobre um mail, que a presidente da Câmara já tinha esclarecido não ser dela, partindo do pressuposto de que alguém podia provar outra coisa qualquer. Aquele ponto deveria ser contextualizado em níveis nacionais, porque o que estavam ali a tentar montar era que a gestão da Câmara de Portalegre era a pior e tinha dívida por pagar, que municípios já tinham pago. No entanto, tal facto, aconteceu em todo o país e com dívidas superiores.

O que ali foi feito foi uma prerrogativa, que o Governo quis fazer, o orçamento, prevendo a possibilidade de pagamento da mesma, até vinte e cinco anos. Era aquilo que a lei dizia. O que a Câmara Municipal de Portalegre se podia julgar no direito de fazer era o mesmo que várias Câmaras tinham feito, visto não ser a única que estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a utilizar aquela prerrogativa para gerir a sua tesouraria. Realçou o facto de estarem a falar de uma dívida com dezoito anos.

Posto aquilo, perguntou às bancadas, que estavam a criticar, se as mesmas se reviam naquilo que era a posição do Estado, em querer que todas as Câmaras regularizassem a situação. -----

A presidente da Câmara recordou os presentes que aquela dívida não era de há pouco tempo e o que os munícipes pagavam, enquanto taxa, seria suficiente para pagar as prestações, caso não houvesse dívida anteriormente. Portanto, quando se começava a pagar dívida, era também a que estava para trás. Mesmo assim, muita da dívida já tinha sido diminuída. O que se estava a tentar fazer, e o que o Governo também já tinha percebido, perante as dificuldades dos municípios, era aceder àquela porta aberta, àquela prerrogativa.

Acrescentou que, quando foi deliberado aquele assunto, apenas falou com o administrador da ALVT e pediu as simulações que achou que devia pedir, mais nada. Não havia ali qualquer pressão ou aldrabice, era o que lá estava. No entanto, o mail não foi escrito pela mesma. O que ali estava em causa era sim a dificuldade que iriam ter, em dois mil e vinte, que a preocupava imenso.-----

Hugo Capote disse não poder deixar de repara no silêncio do grupo do PSD naquela questão, pois foram dos que defenderam que atirar com dívida para a frente era quase pecado. Realçou que o seu grupo nunca disse que não era para se pagar a dívida da água, mas sim que não se iriam endividar com o FAM, por ser um programa que iria dar um milhão de euros à autarquia, mas que obrigaria a pagar a dívida da água e da ADSE, quando o dinheiro poderia ser gasto em investimentos.-----

Marco Antunes disse que também não concordava que não se pagassem as dívidas. Relativamente ao que se tinha passado no país, há uns anos, era da opinião de que as dívidas eram para ser geridas. A renegociação da dívida iria trazer uma folga. Perguntou à presidente da Câmara no que é que a mesma se comprometeria a aplicar a folga financeira, em dois mil e vinte.-----

A presidente da Câmara disse que não seria, obviamente, para extravagâncias, mas sim para ser aplicado em necessidades prioritárias, como por exemplo as estradas, porque nem sequer eram co financiadas.-----

O presidente da mesa disse que o seu papel era também o de tentar promover as pontes necessárias para a solução de questões relevantes para o município e para o concelho de Portalegre. Entendia que deveria procurar instituir uma cultura de compromisso entre as diferentes bancadas, entre os diferentes atores políticos e os diferentes vereadores e até entre a sociedade civil. Entendia que ali, naquela Assembleia, deveriam ter respeito pela relevância do órgão, mas tornava-se difícil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tentar promover a cultura de compromisso, quando havia afirmações ditas e mesmo escritas, que não eram próprias daquele tipo de cultura.

No concelho de Portalegre não podia haver politiquices, tinha de haver opções políticas diferentes e porque no concelho não podia haver quezílias político partidárias. Tinha de haver respeito pela opinião contrária, porque se assim não fosse, então nenhum dos presentes estava ali a fazer algo mais que nada.

Portanto, o verbo e a expressão utilizada, por vezes, deveria ser mais contida. -----

13 – Relatório Anual de Atividades CPCJ/2018 e Plano de Ação para 2019.

Hugo Capote perguntou se aquele relatório tinha de ser aprovado pela Comissão Alargada e depois pela Comissão Nacional. Contudo, o relatório foi submetido para a Comissão Nacional a trinta de janeiro e foi aprovado a oito de fevereiro. Portanto, quando o mesmo foi à Comissão Alargada, já tinha sido submetido para a comissão nacional.

Salientou que na última audição da Comissão de Proteção de Menores (CPCJ), em Portalegre, tinha havido muitas questões que não estiveram bem respondidas e que houve até falta de controlo sobre a atividade da mesma. Achava que a CPCJ tinha vindo a evoluir nalgumas questões, mas no entanto não fazia qualquer sentido submeter à Comissão Alargada um documento para aprovação, quando já tinha sido dado conhecimento à Comissão Nacional.

No mínimo, a Assembleia Municipal deveria fazer chegar aquela nota a quem tinha feito o relatório e tido aquela atitude. -----

Raúl Cordeiro disse que o documento em questão tinha uma componente que era uma súmula da atividade da comissão e naquele capítulo, os dados reportados eram sempre do ano de dois mil e dezassete, contudo, no formulário submetido à Comissão Nacional, os dados eram de dois mil e dezoito. Possivelmente, haveria um erro de escrita.

Um outro aspeto importante que quis realçar foi o facto de que a apresentação do relatório, somente para conhecimento, era uma peça crua. Lembrou já ter sido ali consensual que deveria ter ido alguém da comissão expor o relatório, em sede de Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÕES:

1 - Contrato-Programa entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson para 2019;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções do PCP/PEV e os votos contra dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

2 - Desafetação de 8 parcelas de terreno, situadas na Avenida do Brasil, com as áreas de: 167,5 m²; 38,14 m²; 21,60 m²; 123,92 m²; 21,83 m²; 27,66 m²; 39,33 m² e 151,0 m².

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

3 - Acordo prévio do município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 4º do DL. n.º 99/2018, de 28 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos favoráveis, aprovar o ponto. -----

4 - Acordo prévio do município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 9º do DL. n.º 101/2018, de 29 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos favoráveis, aprovar o ponto. -----

5 - Acordo prévio do Município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 4º do DL. n.º 102/2018, de 29 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos favoráveis, aprovar o ponto. -----

6 - Acordo prévio do Município de Portalegre relativamente à transferência de competências para a entidade intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) - aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 5º do DL. n.º 103/2018, de 29 de novembro;

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos favoráveis, aprovar o ponto. -----

7 - Implementação da estratégia de reabilitação urbana - ARU's de Portalegre e Alegrete - 5.º Relatório de monitorização - Ano de 2018

- Deliberação da CMP de 20.02.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

8 - Orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2019;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, os votos favoráveis dos restantes grupos e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, rejeitar o ponto. -

9 - Grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2019/2022;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, os votos favoráveis dos restantes grupos e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, rejeitar o ponto. -

10 - Informação nº4192, de 19/02/2019 para aprovação da repartição de encargos de acordo com a alínea h) do nº 1 do art.º 96º do CCP;

- Deliberação da CMP de 6.03.2019 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

11 – Proposta de alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis a constituir fixando em 6 (seis) o número de unidades orgânicas de 2.º grau na estrutura orgânica dos Serviços Municipais do Município de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 11.03.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, os votos favoráveis dos restantes grupos e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, rejeitar o ponto. -

12 – Acordo de Regularização de dívida – Águas de Lisboa e Vale do Tejo;

- Deliberação da CMP de 11.03.2019 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, os votos favoráveis dos restantes grupos e o voto de qualidade do presidente da Assembleia, rejeitar o ponto. -

13 – Relatório anual de atividades CPCJ/2018 e plano de ação para 2019.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

FALTAS: Não houve faltas a registar.

ENCERRAMENTO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 5.^a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 00H05, do dia 23 de março do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)